RELATÓRIO DE ACTIVIDADES
E
CONTAS REFERENTES AO ANO 2007

Proposta apresentada pelo Conselho Directivo
Lisboa, 23 de Janeiro de 2008

ORDEM DOS ENFERMEIROS
ASSEMBLEIA GERAL DE 15 DE MARÇO DE 2008

NOTA INTRODUTÓRIA **5**

I - ACTIVIDADES INERENTES ÀS OPÇÕES DEFINIDAS NO PLANO DE ACÇÃO PARA O MANDATO **6**

1 - EXERCÍCIO PROFISSIONAL **6**

1.1 PROMOVER A QUALIDADE DOS CUIDADOS DE ENFERMAGEM 6
1.1.1 Consolidação do projecto de implementação dos padrões de qualidade dos cuidados de Enfermagem *6*
1.1.2 Sistemas de Informação em Enfermagem (SIE) *6*
1.1.3 Desenvolvimento da Reflexão Ética e Deontológica *7*
1.1.4 Suporte às Boas Práticas *8*
1.1.5 Liderança e Gestão *8*
1.2 PROMOVER O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL / CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS 8
1.2.1 Sistema de Certificação Individual de Competências: *8*
1.2.2 Individualização das Especialidades *9*
1.2.3 Formação em Enfermagem *10*
1.2.4 Investigação em Enfermagem *11*
1.3 CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL 12
1.3.1 Prática Profissional – tomadas de posição *12*
1.3.2 Acompanhamento do exercício profissional *12*
1.3.3 Garantia da Segurança dos Cuidados *13*

2 - MANDATO SOCIAL DA PROFISSÃO – O ENFERMEIRO NA SOCIEDADE **14**

2.1 DESENVOLVIMENTO DO MANDATO SOCIAL PARA COM OS CIDADÃOS 14
2.1.1 Promover a imagem pública dos cuidados de Enfermagem *14*
2.2 DESENVOLVIMENTO DO MANDATO SOCIAL PARA COM OS ENFERMEIROS 14
2.2.1 Divulgação da Actividade da OE *14*
2.2.2 Actividades Estatutariamente Definidas *16*
2.3 DESENVOLVIMENTO DO MANDATO SOCIAL PARA COM O PODER POLÍTICO 16

3 - GESTÃO DE RECURSOS **20**

4 - RELAÇÕES INTERNACIONAIS **21**

II– ACTIVIDADES INERENTES AO REGULAR FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS **25**

1. GESTÃO DE MEMBROS **25**

2. INSCRIÇÕES **25**

3. REVALIDAÇÃO DAS CÉDULAS PROFISSIONAIS **25**

4. ATRIBUIÇÃO DE TÍTULOS **26**

5. EMISSÃO DE PARECERES **26**

5.1 SOBRE A MATÉRIA INTERDISCIPLINAR DAS ESPECIALIDADES EM ENGERMAGEM 26
5.2 SOBRE O EXERCÍCIO PROFISSIONAL E A DEONTOLOGIA 26

6. PROCEDIMENTO DISCIPLINAR **27**

7. GESTÃO DOS SERVIÇOS E EXPEDIENTE **27**

8. REUNIÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS **28**

CONSELHO DIRECTIVO **28**

III – ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA **29**



ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA 29
PROVEITOS 30

CUSTOS 32

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS 32
CUSTOS FINANCEIROS 32
CUSTOS EXTRAORDINÁRIOS 32
ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL 33

BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DOS EXERCÍCIO DE 2007

ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2007

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS RELATIVO AO ANO DE 2007

SIGLAS

AAAGQES – AGÊNCIA DE AVALIAÇÃO E ACREDITAÇÃO PARA A GARANTIA DA QUALIDADE DO ENSINO SUPERIOR
AAM – AUXILIARES DE ACÇÃO MÉDICA
ACENDIO – ASSOCIAÇÃO PARA DIAGNÓSTICOS, INTERVENÇÕES E RESULTADOS DE ENFERMAGEM EUROPEUS COMUNS
ACS – AGRUPAMENTOS DE CENTOS DE SAÚDE
ACSS – ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE
AG – ASSEMBLEIA GERAL
AR – ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
ARS – ADMINISTRAÇÃO(ÕES) REGIONAL(AIS) DE SAÚDE
BD – BASE DE DADOS
BM – BIBLIOTECA MÓVEL
CA – CONSELHO(S) DE ADMINISTRAÇÃO
CARED – COMISSÃO DE APOIO À REFLEXÃO ÉTICA E DEONTOLÓGICA
CD – CONSELHO DIRECTIVO
CDA – CÓDIGO DEONTOLÓGICO ANOTADO
CE – CONSELHO DE ENFERMAGEM
CER – CONSELHO DE ENFERMAGEM REGIONAIS
CNIS – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE
CRC – CENTRO DE RECURSOS EM CONHECIMENTO
CIPE – CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRÁTICA DE ENFERMAGEM
CJ – CONSELHO JURISDICIONAL
CNO – ASSESSOR MINISTERIAL DE ENFERMAGEM (DO INGLÊS, CHIEF NURSING OFFICER)
CNOP – CONSELHO NACIONAL DAS ORDENS PROFISSIONAIS
CRC – CENTRO DE RECURSOS EM CONHECIMENTO
CSP – CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS
DGES – DIRECÇÃO GERAL DO ENSINO SUPERIOR
ERS – ENTIDADE REGULADORA DA SAÚDE
EFN – FEDERAÇÃO EUROPEIA DAS ASSOCIAÇÕES DE ENFERMEIROS
EFNNMA – FÓRUM EUROPEU DE ASSOCIAÇÕES NACIONAIS DE ENFERMAGEM E ENFERMAGEM OBSTÉTRICA
FEPI – FEDERAÇÃO EUROPEIA DOS REGULADORES DE ENFERMAGEM
FNAEE – FEDERAÇÃO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DE ENFERMAGEM
FNOPE – FÓRUM NACIONAL DAS ORGANIZAÇÕES PROFISSIONAIS DE ENFERMEIROS
GAP – GABINETE DE ANÁLISE E PLANEAMENTO
GRI – GABINETE DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
HORATIO – ENFERMEIROS DE PSIQUIATRIA DA EUROPA
HPCB – HEALTH PROFESSIONALS CROSSING BORDERS
ICN – CONSELHO INTERNACIONAL DE ENFERMEIROS (INTERNATIONAL COUNCIL OF NURSES)
INSA – INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE
IPSS – INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL
MDP – MODELO DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL
MS – MINISTÉRIO DA SAÚDE
MCTES – MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR
MTSS – MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SEGURANÇA SOCIAL
OE – ORDEM DOS ENFERMEIROS
OOECSP – OBSERVATÓRIO DA ORDEM DOS ENFERMEIROS PARA OS CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS
PALOP'S – PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA
PNAE – ASSOCIAÇÕES DE ENFERMAGEM PEDIÁTRICA DA EUROPA
PNS – PLANO NACIONAL DE SAÚDE
PQ – PADRÕES DE QUALIDADE

RNCCI – **REDE NACIONAL DE CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS**
RMDE – **RESUMO MÍNIMO DE DADOS DE ENFERMAGEM**
ROE – **REVISTA DA ORDEM DOS ENFERMEIRO**
SIE – **SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM ENFERMAGEM**
SNS – **SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE**
SR – **SECÇÃO REGIONAL**
UCC – **UNIDADE DE CUIDADOS NA COMUNIDADE**
UMCCI – **UNIDADE DE MISSÃO CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS**
USF – **UNIDADES DE SAÚDE FAMILIAR**
VMER – **VIATURA MÉDICA DE EMERGÊNCIA E REANIMAÇÃO**
WENR – **GRUPO DE ENFERMEIROS INVESTIGADORES DA EUROPA**
WHO – **ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE**
ou OMS

NOTA INTRODUTÓRIA

Tal como se perspectivava no plano de actividades, as acções empreendidas neste último ano de mandato implicaram uma procura de adequação aos compromissos assumidos.

Durante este ano, tentou-se, assim, partir de uma análise contextualizada, numa dinâmica de síntese integradora dos diferentes projectos em curso, mas simultaneamente promotora de uma visão futura nas áreas estruturantes para a profissão.

O relatório de actividades que aqui se apresenta, para discussão e votação na Assembleia-Geral de 15 de Março, é a expressão do trabalho desenvolvido por aqueles que integraram os órgãos sociais, mas sobretudo reflecte o empenhamento e os diferentes modos de envolvimento de um conjunto bem mais vasto de enfermeiros, no âmbito da intervenção em saúde e no do desenvolvimento da profissão.

Podemos dizer que o ano não só foi marcado pela aprovação da proposta de alteração estatutária, como ainda pelo acompanhamento das políticas de saúde e educativas e pelas eleições dos corpos sociais para um novo mandato.

Estes acontecimentos exigiram o empenhamento e a participação de cada enfermeiro numa dinâmica construtiva dentro dos quadros legal, ético e deontológico que orienta a profissão.

Este relatório foi construído a partir dos contributos dos diferentes órgãos sociais, só eles tornaram possível a consecução das actividades que passaremos a apresentar.

I - ACTIVIDADES INERENTES ÀS OPÇÕES DEFINIDAS NO PLANO DE ACÇÃO PARA O MANDATO

1 - EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Das atribuições da Ordem dos Enfermeiros (OE) no que concerne ao Exercício Profissional, destacam-se três dimensões, a saber: a Promoção da Qualidade dos Cuidados; o Desenvolvimento Profissional e as Condições para o Exercício Profissional.

1.1 PROMOVER A QUALIDADE DOS CUIDADOS DE ENFERMAGEM

1.1.1 CONSOLIDAÇÃO DO PROJECTO DE IMPLEMENTAÇÃO DOS PADRÕES DE QUALIDADE DOS CUIDADOS DE ENFERMAGEM

Na sequência da manifestação do interesse em aderir ao projecto «Padrões de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem», iniciado em Março de 2005, por parte de vários responsáveis institucionais da Saúde e Ensino, foi dada continuidade à iniciativa, com a abertura de novas candidaturas. Assim, no presente ano, aderiram 44 Instituições: 14 na Secção Regional (SR) do Norte, 11 na SR do Centro, 18 na SR do Sul e 1 na SR da Região Autónoma dos Açores, e 105 enfermeiros dinamizadores.

Decorridos 2 anos sobre a implementação do projecto, a OE conta, actualmente, com 114 Instituições nele envolvidas, entre Centros Hospitalares, Hospitais, Administrações Regionais de Saúde (ARS) e Sub-Regiões de Saúde, Centros de Saúde, Clínicas, Casas de Saúde, Centros de Medicina de Reabilitação, Escolas Superiores de Enfermagem e de Saúde. Foram formados 283 enfermeiros dinamizadores para a qualidade, que promovem nas suas Instituições a disseminação e apropriação do enquadramento conceptual dos cuidados de Enfermagem e dos enunciados descritivos de qualidade, colaborando na definição de indicadores e no desenvolvimento de programas de melhoria contínua da qualidade dos cuidados de Enfermagem. Uma primeira avaliação está disponível no site da Ordem.

1.1.2 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM ENFERMAGEM (SIE)

Concretizou-se a elaboração e publicação das Normas dos Sistemas de Informação em Enfermagem.

Foi realizado o Encontro Nacional de Utilizadores CIPE - Porto, 23 de Abril de 2007 - e foi proposto um protocolo com o IGIF para o Mapeamento CIPE, versão I.

Na sequência da reunião entre a Ordem dos Enfermeiros e a Sr.ª Secretária de Estado Adjunta do Ministro da Saúde, Dr.ª Carmen Pignatelli, foi desenvolvida uma proposta de «Resumo(s) Mínimo(s) de Dados de Enfermagem» (RMDE) e *«Core* de Indicadores de Enfermagem para o Repositório Central de Dados da Saúde». O seu documento final foi entregue à Secretária de Estado Adjunta do Ministro da Saúde

Os documentos produzidos encontram-se disponíveis no site da Ordem.

Foi definido o Processo de Certificação de Aplicações Informáticas de Apoio aos SIE e, em conjunto com o ICN, foram publicadas as Normas e RMDE. Procedeu-se ao envio de informação às empresas.

1.1.3 DESENVOLVIMENTO DA REFLEXÃO ÉTICA E DEONTOLÓGICA

Para além das actividades relativas às competências específicas neste âmbito, salientam-se os seguintes projectos:

Promoção da reflexão ético-deontológica

Foi organizado um Encontro de Formação dirigido aos elementos dos Conselhos Jurisdicionais Regionais e Nacional, com a finalidade de reflectir em conjunto em torno de questões relacionadas com a responsabilidade profissional do enfermeiro. Com esta iniciativa pretendeu-se, também, colher alguns contributos para planear a preparação do Ciclo de Debates dedicado à mesma temática.

O tema da «Responsabilidade Profissional» foi motor da realização do 3º Ciclo de Debates que, mais uma vez, decorreu em todas as secções regionais, contando com a participação de cerca de 400 enfermeiros.
Das questões mais colocadas e debatidas destacam-se: delegação de tarefas; diversas situações de conflito; deveres dos enfermeiros na garantia das condições do exercício e da segurança dos cuidados.

Os participantes apresentaram ainda propostas das quais se destaca: a disponibilização do Código Deontológico Anotado (CDE) no *site* da OE; a criação de uma linha de atendimento, pelo Conselho Jurisdicional (CJ), para ajuda na tomada de decisão; criação pela OE de critérios para dotações seguras. Estas propostas foram apresentadas aos OS eleitos em Dezembro.

A reflexão sobre esta temática culminou com a realização do VIII Seminário de Ética: «Responsabilidade Profissional», que decorreu na FIL (Parque das Nações), em Lisboa, e que contou com a presença de mais de 600 participantes.

Desenvolvimento da reflexão sobre ética de Enfermagem
Na sequência de um dos eixos estruturantes do mandato dos órgãos sociais (2004-2007), foi criada a Comissão de Apoio à Reflexão Ética e Deontológica (CARED), composta por 10 enfermeiros e 5 membros designados por entidades e organizações relevantes na área.

Elaboração de pareceres e documentos que fundamentem a reflexão ética
Tendo a Objecção de Consciência constituído um dos tópicos que recolheu mais atenções públicas no 1º semestre - pela publicação da Lei n.º 16/2007 de 17 de Abril, «Exclusão da ilicitude nos casos de interrupção voluntária da gravidez», e respectiva regulamentação pela Portaria n.º 741-A/2007 de 21 de Junho, que estabeleceu as medidas a adoptar nos estabelecimentos de saúde oficiais ou oficialmente reconhecidos com vista à realização da interrupção da gravidez nas situações previstas no artigo 142º do Código Penal - muitas questões foram colocadas e respondidas. Foram aprovados e publicados no *site* e na revista os seguintes artigos:

«Breve Memória cronológica da Objecção de Consciência»
«Objecção de consciência: sinopse e esquematização»

No contexto de uma solicitação por parte da Sr.ª Bastonária, foram produzidos documentos relativos a:

«Análise e parecer sobre Regime das associações públicas profissionais», Junho 2007;
«Mutilação Genital feminina», Setembro 2007;
«Entendimento sobre o Acordo de Portugal, no âmbito do *Healthcare Professionals Crossing Borders*», Setembro/Outubro 2007.

Tal como planeado, foi realizada a avaliação global do quadriénio e preparação de passagem de informação, tendo sido elaborado um «Manual de Práticas Alicerçadas» do Conselho Jurisdicional.

1.1.4 SUPORTE ÀS BOAS PRÁTICAS

Para além da actividade regular do Conselho de Enfermagem (CE) no âmbito da elaboração dos pareceres solicitados, foi dada continuidade à promoção das boas práticas dos cuidados através da conclusão de guias orientadores. Estes são instrumentos promotores da qualidade que os enfermeiros devem garantir, através de uma actuação profissional baseada em práticas recomendadas que concorrem para cuidados mais seguros, efectivos e eficazes.

No sentido da sua harmonização, foi aprovado um conjunto de recomendações para a elaboração de Guias Orientadores da Boa Prática de Cuidados, proposto pela Comissão de Formação. Foi também decidida a sua divulgação no *site* e na ROE.

Foram elaborados os seguintes Guias de Boa Prática em Enfermagem:

«Enfermeiro na Prevenção e Controlo da Dor» (em redacção final para apreciação da sua publicação);

«Cuidados de Enfermagem de Reabilitação em situação de Traumatismo Vértebro Medular». Foi ainda decidida a sua divulgação no *site* da OE em área reservada. Aguarda-se definição de *layout* da linha editorial das «Boas Práticas» / «Cadernos OE» para divulgação em formato papel.

Foi elaborado o anteprojecto do Grupo de Trabalho «Integridade Cutânea/Feridas», que foi analisado pelo CE e que, após proposta de alterações, aguarda continuidade das restantes etapas.

1.1.5 LIDERANÇA E GESTÃO

Em parceria com o ICN, a OE deu início à realização em Portugal da primeira edição do Programa «Liderança para a Mudança», coordenado internacionalmente pela Enfermeira Stephanie Ferguson. Este primeiro programa, do qual se realizaram em 2007 dois *workshops*, termina em Janeiro de 2009, contando com 32 dos 35 formandos que o iniciaram. Entretanto, arrancaram os preparativos para a segunda edição do Programa, cujas candidaturas decorreram entre 20 de Novembro e 5 de Dezembro e que terá início em Fevereiro de 2008.

Foi organizado o Programa de Conferências de Gestão intitulado «Enfermagem no Sistema de Saúde: Mais Valor no Processo de Cuidados de Saúde», em parceria com a Escola Nacional de Saúde Pública, que contou com a realização de três conferências que decorreram nas Regiões Norte, Centro e Sul e que culminaram com a realização de uma conferência de encerramento que, por razões de agenda, só foi programada para Janeiro de 2008.

Neste quadro, foram promovidas as comunidades de práticas no âmbito da gestão, como metodologia de construção de conhecimento, com recurso a uma ferramenta informática disponibilizada pela Escola Nacional de Saúde Pública.

1.2 PROMOVER O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL / CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

1.2.1 SISTEMA DE CERTIFICAÇÃO INDIVIDUAL DE COMPETÊNCIAS:

A importância do Modelo de Desenvolvimento Profissional (MDP) como suporte para a clarificação e valorização do contributo dos cuidados de Enfermagem para os cuidados de saúde à população portuguesa, bem como o seu papel determinante no desenvolvimento da própria profissão, justifica plenamente a atenção dada a esta matéria, na continuação do caminho percorrido ao longo do mandato.

Assim, no início de 2007, foi elaborado o relatório do Fórum Nacional Descentralizado, tendo este documento sido divulgado no *site* da OE.

No sentido de assegurar condições consentâneas com o desenvolvimento e implementação do novo modelo, foi preparada uma proposta de alteração estatutária, que foi apresentada em Assembleia Geral.

A Assembleia Geral de Maio de 2007 foi o marco de legitimação para a integração na função auto-reguladora da OE da sua capacitação na definição e implementação de instrumentos, tanto para o acesso à actividade profissional autónoma, como para o desenvolvimento profissional. A centralidade desta legitimação assenta na alteração de paradigma, ou seja, de um sistema de certificação profissional baseado nas qualificações, para um sistema de certificação baseado em competências profissionais.

Este novo quadro implicou que se tivessem desenvolvido intervenções, obrigatoriamente concertadas entre o plano externo (Bastonária/CD - Assembleia da República e Ministério da Saúde) e o plano interno (CE - desenvolvimento do Sistema na vertente dos instrumentos de suporte – para acesso à actividade profissional autónoma; para a individualização das especialidades e as competências especializadas; para o reconhecimento de idoneidade dos serviços e certificação de tutores).

No ponto de vista externo:
A proposta de alteração estatutária foi entregue ao Presidente da Comissão Parlamentar do Trabalho que coordenará esta matéria com o Governo, nomeadamente com o Ministério da Saúde (MS). De salientar que, simultaneamente, esteve em discussão e aprovação na generalidade da Lei-quadro para as Associações de Direito Público. A OE participa nesta matéria através do Conselho Nacional das Ordens Profissionais (CNOP), que passou a integrar em Maio 2007.

Na abordagem feita junto do MS, verificou-se a existência de receptividade para aprofundar este assunto, tal como as propostas apresentadas pela OE à Assembleia da República e ao MS.

Ainda no segundo semestre, foi abordado com os Conselhos de Administração (CA) de algumas Instituições, a perspectiva da OE sobre a questão do acesso à actividade profissional e das especialidades, sensibilizando para a necessária disponibilidade na sua experimentação/implementação. Verificou-se globalmente um entendimento positivo e de disponibilidade para colaborar.

No ponto de vista interno:
Concluiu-se o documento enquadrador denominado «Modelo de Desenvolvimento Profissional – Certificação de Competências», publicado no suplemento da Revista nº 26 da OE, de Junho de 2007.

Atendendo que os pilares essenciais ao desenvolvimento profissional implicam a existência de serviços com reconhecida qualidade e capacidade formativa, bem como, a existência de supervisores clínicos com competências para o desenvolvimento de processos de acompanhamento dos percursos formativos dos enfermeiros, o CE, sob proposta da Comissão de Formação, aprovou um projecto designado «Modelo de Acompanhamento do Desenvolvimento Profissional: Reconhecimento de idoneidade formativa de Serviços e Reconhecimento de tutores/supervisores clínicos». Sendo este um dos elementos do sistema, a sua divulgação e eventual ajuste ficou diferida para o necessário enquadramento no conjunto dos restantes elementos do sistema.

1.2.2 INDIVIDUALIZAÇÃO DAS ESPECIALIDADES

O CE, no quadro das suas responsabilidades, elaborou a proposta de individualização das especialidades em Enfermagem, na qual se inscrevem, nomeadamente os pressupostos, o conceito de especialista, o modelo

operativo, os critérios para o reconhecimento de especialidades, as competências clínicas especializadas. Esta proposta integra ainda, um quadro com as áreas de especialidade em Enfermagem.

O sistema de individualização de especialidades prevê a utilização de uma matriz de validação como instrumento de suporte à decisão do Conselho de Enfermagem. O seu desenvolvimento é considerado prioritário, mas é reconhecido que a sua efectivação se reveste de enorme complexidade. Assim, com vista à construção desse instrumento, foi entendida a necessidade de recorrer a uma assessoria externa capaz de garantir a integração do conhecimento e experiência específica na elaboração de instrumentos de avaliação.

Examinada a capacidade instalada ao nível do Ensino Superior Universitário nacional nesta área de estudo, foi solicitada a assessoria da Universidade de Aveiro, através do seu Departamento de Didáctica e Tecnologia Educativa, para a qual se aguarda resposta.

Algumas Comissões de Especialidade em Enfermagem[1] desenvolveram e apresentaram propostas, com vista à definição do perfil do Enfermeiro Especialista, da sua área de especialidade e à identificação das suas competências específicas.

Contudo, foi considerada a necessidade de estabelecer um quadro abrangente para a definição das competências comuns e específicas do Enfermeiro Especialista que dê corpo ao desenvolvimento harmonioso do sistema de certificação de competências especializadas.

1.2.3 FORMAÇÃO EM ENFERMAGEM

No que concerne à formação, a actividade da Ordem, durante o ano de 2007, continuou a inscrever-se na coerência do percurso evolutivo da formação em Enfermagem em Portugal, no desenvolvimento e autonomia da profissão, dado que, e tal como expresso no plano de actividades: «Esse percurso assentou sempre na preocupação de uma formação de base generalista, capaz de promover o desenvolvimento cultural, pessoal, social, ético e científico dos estudantes, e de proporcionar os fundamentos científicos para o exercício de uma actividade multifacetada que se desenvolve em diferentes contextos sociais, a par com um forte investimento no desenvolvimento da disciplina de Enfermagem e na investigação».

Das actividades desenvolvidas destacam-se, no âmbito do Processo de Bolonha:

A elaboração de um *dossier* documental intitulado «Enfermagem portuguesa implicações na adequação ao processo de Bolonha no actual quadro regulamentar», versões de Fevereiro e Outubro 2007. Esta última foi acompanhada de parecer jurídico que fundamenta a posição da OE;
Divulgação desse *dossier* junto de todos os agentes envolvidos;
Intervenções para uma abordagem mais global da questão, no quadro do Ensino Superior na área da Saúde, cujo interesse foi reconhecido pelo Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Eng.º Manuel Heitor. Essa mesma abordagem foi realizada junto do Grupo de Acompanhamento do Ensino Superior na Área da Saúde, em reuniões com o seu coordenador, uma das quais estando presente a Comissão Técnica para o Ensino da Enfermagem.

Ainda no sentido de, com os diferentes actores envolvidos, prosseguir a análise deste tema, no quadro de reforma do Ensino Superior e dos cenários que se perspectivam no curto, médio e longo prazo, de modo a garantir não só o respeito pelo estádio de desenvolvimento do ensino de Enfermagem no nosso país, como ainda as perspectivas de futuro da disciplina e da profissão, foram realizadas reuniões com:

[1] Saúde Materna e Obstétrica; Reabilitação; Enfermagem Comunitária e Enfermagem Médico-Cirúrgica

Presidentes dos Conselhos Directivos das Escolas Superiores de Enfermagem e de Saúde;
Docentes das Escolas Superiores de Enfermagem e de Saúde;
Presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos e Reitores de Universidades.

Junto do poder político destacam-se:
Pedidos de audiência junto do Primeiro-Ministro; Assembleia da República – Comissão de Educação e Ciência*; Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Ministro da Saúde*.
Apresentação junto da Direcção-Geral do Ensino Superior (DGES) de um requerimento de certidão relativo aos processos que deram origem ao despacho de adequação dos cursos de Enfermagem.

A Comissão de Formação elaborou um levantamento sobre as condições para realização de Ensinos Clínicos, tendo, nesse âmbito, solicitado ao Grupo de Acompanhamento do Ensino Superior na Área da Saúde, a colaboração da Comissão Técnica para o Ensino da Enfermagem, nomeada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) desde 2003, de modo a poder partilhar com a OE os dados decorrentes da sua missão: «(...) proceder à avaliação (...) de condições para o ensino prático». Contudo, até ao momento, não foi possível obter esses dados.

Foi elaborado o relatório sobre o «Levantamento sobre as condições de realização de Ensino Clínico», que, em breve, será divulgado. Os resultados obtidos reforçam a necessidade de aprofundar a reflexão acerca das condições de realização do Ensino Clínico e de desenvolvimento de medidas regulamentares, de modo a melhorar as condições de realização do Ensino Clínico enquanto espaço de aprendizagem em que os contextos reais da prestação de cuidados assumem um papel privilegiado.

A Ordem participou, ainda, na discussão pública de questões relativas à formação em Enfermagem, nomeadamente na discussão sobre a proposta de Lei do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior e na Conferência de Validação do projecto *Tuning*, com o estatuto de *observer.* Nesta conferência, foi convidado a integrar o painel de validação para a Enfermagem, um enfermeiro português, o Sr. Enfermeiro António Manuel Silva, na sua qualidade de Vice-Presidente da EFN.

Durante este ano, foram apreciados e foi dado parecer favorável a 20 planos de estudos de Cursos de Pós-Licenciatura de Especialização, sendo 4 de Enfermagem de Reabilitação, 4 de Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica, 2 de Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica, 3 de Enfermagem Médico-Cirúrgica, 3 de Enfermagem Comunitária e 4 de Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica.

Destes, 15 foram solicitados pela Direcção-Geral do Ensino Superior e 5 directamente pelas Escolas Superiores de Enfermagem ou de Saúde.

1.2.4 INVESTIGAÇÃO EM ENFERMAGEM

Foi feito, após pedido de informação às Escolas Superiores de Enfermagem e de Saúde, um inventário dos resumos de investigação realizados nos últimos 10 anos, no sentido de assegurar a criação de uma base de dados com os resumos de trabalhos de investigação em Enfermagem desenvolvidos no âmbito de mestrados, doutoramentos e provas públicas realizados por enfermeiros.

O contacto posterior com cada membro permitiu a criação da base de dados a disponibilizar posteriormente no *site* da OE.

* Agendadas para o início de Janeiro 2008

Centro de Recursos em Conhecimento (1ª fase): A opção tomada relativamente à 1ª fase do Centro de Recursos e Conhecimento foi a disponibilização de Bases de Dados da área da Saúde e de Enfermagem que oferecem aos membros textos integrais. As plataformas seleccionadas foram a EBSCOHost, a B-ON e a WOK**,** que proporcionam 27 bases de dados. Destas, 8 oferecem textos integrais. As plataformas estão disponíveis quer em acesso local nas instalações da OE, quer em acesso remoto através da Área Reservada do *site* da OE.

***Workshop* sobre «Investigação em Enfermagem»**
Realizou-se em 15 e 16 de Dezembro um *workshop* sobre «Investigação em Enfermagem», com a colaboração dos responsáveis das Unidades de Investigação em Enfermagem reconhecidas pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e da representante da OE no WENR, com o objectivo de recolher contributos para a elaboração de uma estratégia nacional de investigação em Enfermagem, para os próximos 5 anos.

Este *workshop* permitiu a criação de um primeiro momento de aprofundamento da discussão em matéria de investigação em Enfermagem, favorecendo a compreensão e o encontro das várias lógicas nela envolvidas, tendo sido considerado importante continuar a construir uma estratégia global.

1.3 CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL

1.3.1 PRÁTICA PROFISSIONAL – TOMADAS DE POSIÇÃO

Tal como referido no plano de actividades, as necessidades de saúde e de cuidados de Enfermagem dos cidadãos, bem como a reorganização dos serviços e dos cuidados de saúde em curso, exigiram à OE uma atenção especial, a fim de acompanhar e controlar o exercício profissional. Pretendeu-se igualmente ajudar os diferentes agentes e actores a balizarem as suas politicas e práticas, no cumprimento daquele que é o enquadramento ético e deontológico, legal e conceptual da Enfermagem em Portugal.

Assim, a OE emitiu as seguintes Tomadas de Posição, que se encontram publicadas no *site* da OE:

- Consentimento informado para intervenções de Enfermagem;
- Continuidade dos cuidados;
- Delegação;
- Direito do cidadão a cuidados de Enfermagem de qualidade na área de Saúde Materna e Obstétrica;
- Enfermagem no Pré-hospitalar;
- Protecção de crianças;
- Sigilo profissional.

1.3.2 ACOMPANHAMENTO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Neste domínio, toda a acção da OE tem sido vocacionada para o desenvolvimento de um exercício profissional baseado na autonomia e responsabilidade, valorizando e consolidando os campos de intervenção dos enfermeiros, de modo a garantir o não desenvolvimento de práticas profissionais e processos de formação que possam consubstanciar exercício ilegal da profissão.

Assim, para além da tomada de posição da OE sobre «Delegação» já referida neste relatório, destaca-se:

A conclusão da fase de teste e elaboração dos guiões para colheita de informação, em visitas institucionais, relativamente a:

Centros de Enfermagem e Policlínicas;
Centros de Hemodiálise.

A apresentação à Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS), em conjunto com um parecer relativo ao licenciamento de unidades privadas de saúde, de uma proposta de alteração ao actual Regulamento de Postos de Enfermagem;

Continuaram a ser analisadas propostas de formação de Auxiliares de Acção Médica (AAM) e foram recebidos diversos responsáveis dessas formações, no sentido de garantir as posições que a Ordem tem vindo a tomar nesse domínio.

Foi apreciado o «Referencial de Formação dos Auxiliares de Acção Médica» apresentado à OE pela ACSS e foram enviadas recomendações, das quais se destaca a necessidade de um trabalho conjunto com a OE para a clarificação e aprofundamento da adequação desse referencial ao preconizado na Portaria nº 459/2005 de 3 de Maio.

Neste âmbito a OE, continuou a receber frequentemente informações e pedidos de informações dos seus membros. Da identificação de diversas situações passíveis de consubstanciar exercício ilegal da profissão de Enfermagem, foram informados o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e o Ministério da Saúde, a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) e as organizações sindicais de Enfermagem.

Reconhecidamente, os cuidados de saúde são hoje um vasto campo de intervenção de diferentes profissionais e, no que às profissões reguladas diz respeito, as intervenções são marcadas por dinâmicas de complementaridade, dotadas de idênticos níveis de dignidade e autonomia, capazes de garantir uma resposta integrada às necessidades de saúde dos cidadãos, preservando a especificidade das responsabilidades profissionais presentes.

Neste âmbito, perante o articulado da Portaria n.º 1429/2007 de 2 de Novembro, a OE desencadeou um conjunto de medidas junto da Ordem dos Farmacêuticos, da Entidade Reguladora da Saúde e do Ministério da Saúde.

1.3.3 GARANTIA DA SEGURANÇA DOS CUIDADOS

Foi solicitado ao MS que adequasse os dados para o cálculo do número de enfermeiros constantes na tabela II do anexo 1, da Circular Normativa nº 1, de 12/01/06, da Secretaria-Geral do Ministério da Saúde, aos últimos dados de análise decorrentes da Classificação de Doentes por Grau de Dependência.

Foi iniciado um estudo da distribuição dos enfermeiros nas instituições do Serviço Nacional de Saúde (SNS) - hospitais e centros de saúde - por solicitação directa, respectivamente, aos Enfermeiros Directores e Enfermeiros Chefes. Os dados até agora disponíveis e analisados apontam, não só para a identificação de carências face aos indicadores propostos pelo MS, ,como também para desequilíbrios na sua distribuição.

Foi lançado o concurso para a realização de um estudo prospectivo das necessidades em cuidados de Enfermagem da população portuguesa:

Preparada e adjudicada a I fase do estudo (Exploratória) e elaboração do projecto, visando a identificação das tendências das necessidades em cuidados de Enfermagem dos cidadãos, nos diferentes contextos, aferidas tanto pela perspectiva dos utentes, como pela dos profissionais;

A OE deu continuidade à sensibilização dos enfermeiros gestores, do poder político e dos cidadãos relativamente às medidas necessárias a uma dotação segura, em particular no que diz respeito a recursos físicos, técnicos/tecnológicos, materiais e humanos.

2 - MANDATO SOCIAL DA PROFISSÃO – O ENFERMEIRO NA SOCIEDADE

2.1 DESENVOLVIMENTO DO MANDATO SOCIAL PARA COM OS CIDADÃOS

2.1.1 PROMOVER A IMAGEM PÚBLICA DOS CUIDADOS DE ENFERMAGEM

Inseridas no âmbito do desenvolvimento do mandato social da Ordem dos Enfermeiros para com os cidadãos, foram implementadas várias actividades que visaram a promoção da imagem pública dos cuidados de Enfermagem, nomeadamente:

Comemoração de Efemérides

Para comemoração das efemérides que a OE decidiu destacar em 2007, foram produzidos vários materiais de divulgação, como telas, cartazes, brochuras, folhetos, trípticos e pósteres. Para assinalar o Dia Internacional do Aleitamento Materno (1 de Agosto), a Delta ofereceu a produção de pacotinhos de açúcar com uma imagem e quatro mensagens diferentes. Além disso, para assinalar o Dia Mundial da Saúde Mental (10 de Outubro), foi reeditado o livro «As linhas do possível… Doença mental, contra o preconceito para prevenir a exclusão», do qual foram adquiridos 500 exemplares, que foram distribuídos a nível nacional por Escolas do Ensino Secundário e 2+3.

As efemérides foram alvo de *press releases* alertando a comunicação social para as datas, os temas em debate e as iniciativas promovidas pela OE.

Foi criada uma nova imagem institucional da OE para ser utilizada nos suportes de divulgação, tendo sido já utilizada nas três últimas efemérides de 2007.

2.2 DESENVOLVIMENTO DO MANDATO SOCIAL PARA COM OS ENFERMEIROS

2.2.1 DIVULGAÇÃO DA ACTIVIDADE DA OE

Na prossecução do objectivo anteriormente delineado de reforçar a proximidade da OE aos enfermeiros nos locais de trabalho e nos seus domicílios, bem como aos recém-licenciados e também aos futuros enfermeiros, a OE manteve as vias de comunicação com os membros, fazendo os possíveis para que a informação chegasse atempadamente.

Revista da Ordem dos Enfermeiros

Em 2007, publicaram-se quatro edições da Revista da Ordem dos Enfermeiros (ROE):

ROE 24 - Fevereiro de 2007 - Edição especial dedicada ao VII Seminário de Ética;

ROE 25 - Abril de 2007 - Edição regular dedicada, entre outras coisas, à eleição do Enf. António Manuel Silva para Vice-presidente da Federação Europeia das Associações de Enfermeiros;

ROE 26 - Junho de 2007 - Edição regular que se debruçou, entre outros aspectos, sobre as comemorações, promovidas pelo FNOPE, do Dia Internacional do Enfermeiro 2007;

Suplemento à ROE 26 - Junho de 2007 - Este documento divulgou o novo Modelo de Desenvolvimento Profissional - Certificação de Competências e Individualização de Especialidades em Enfermagem - e fez um balanço sobre o Projecto dos Padrões de Qualidade;

ROE 27 - Novembro de 2007 - Edição especial dedicada às Eleições para o Mandato de 2008-2011.

Site

O recurso ao *site* para divulgar informação produzida no seio da OE tem sido uma constante. Além de dar a conhecer o conteúdo de tomadas de posição e outros documentos oficiais da Ordem, a realização dos eventos ou iniciativas promovidas pela OE (entre outros), e dos conteúdos da própria ROE, o *site* tem apresentado notícias sobre a Enfermagem nacional e internacional, com especial destaque para as actividades promovidas pela direcção da OE (audiências, artigos de opinião, presença em programas de televisão ou rádio, etc).

Foram divulgadas, igualmente, as actividades de outras entidades, quando solicitadas e relacionadas com a Enfermagem.

Foram registadas 297.297 visitas. Foram identificados aspectos a rever e agilizar no *site*, nomeadamente, o sistema de pesquisa e de apresentação de informações.

Imprensa

Em 2007, foram contabilizadas 589 peças jornalísticas com referências expressas à Ordem dos Enfermeiros, dos quais cerca de 50 foram intervenções nas Rádios e Televisões. Para tal, contribuiu o suporte dispensado pelo Gabinete de Comunicação e Imagem em intervenções concertadas com a actividade desenvolvida pela Bastonária e pelo Conselho Directivo.

Releva-se desta intervenção:

Um conjunto de *press releases* sobre reacções da OE de que destacamos as relativas a:

- Implementação de sistemas de controlo da assiduidade de profissionais de saúde
- Enfermagem no Pré-hospitalar;
- SAP de Bragança;
- IVG e Objecção de Consciência;
- Não renovações de contratos a termo certo;

As participações nos programas: «Prós e Contras», «Bom Dia Portugal» e «Sociedade Civil»;

Conferência de Imprensa assinalando o lançamento das primeiras Bibliotecas Móveis em São Tomé e Príncipe;

Cerimónias de Vinculação à Profissão nas cinco Secções Regionais;

Acompanhamento de várias visitas da Bastonária a organizações prestadoras de cuidados;

Apoio e acompanhamento presencial em várias entrevistas realizadas na sede e fora dela com a Sr.ª Bastonária e Vice-presidentes da OE, assim como a outros membros dos órgãos sociais;

Elaboração de Direitos de Resposta e de pedidos de rectificação relativamente a notícias divulgadas, sobretudo, pela imprensa escrita;

Disponibilização de informação / documentação complementar aos jornalistas;

Divulgação dos diversos acontecimentos (efemérides, audiências diversas entre outros), tomadas / enunciados de posição / reacções da Ordem dos Enfermeiros.

Outras actividades de divulgação

Ao longo do ano foram enviadas várias *newsletters*, atendendo aos assuntos em destaque e à necessidade de fazer chegar informação aos membros. Além de *newsletters* nacionais, o GRI e o GCI estrearam a realização de *newsletters* internacionais. A periodicidade não foi trimestral, tendo-se optado pela pertinência e urgência dos temas em debate.

Foram produzidos dois números do ExpressOE: Março e Abril.

Foram, ainda, disponibilizadas diariamente, através do *site* e de *e-mail*, Resenhas de Imprensa. A partir de Abril deste ano, o serviço tornou-se mais completo, integrando notícias de rádio e televisão.

2.2.2 ACTIVIDADES ESTATUTARIAMENTE DEFINIDAS

Assembleias Gerais

Realizaram-se 3 Assembleias Gerais, 2 das quais extraordinárias.

Eleições

Foi disponibilizada no *site* uma pasta especialmente dedicada às eleições.

Desenvolveu-se uma estratégia de comunicação para divulgar as eleições, que passou pela publicação de um anúncio apelando à participação dos membros em dois jornais e de um *spot* difundido em duas rádios.

Foram realizadas várias actividades de sensibilização da Comunicação Social para o Acto Eleitoral.

2.3 DESENVOLVIMENTO DO MANDATO SOCIAL PARA COM O PODER POLÍTICO

O ano de 2007 foi fortemente marcado pela reforma nos cuidados de saúde nomeadamente ao nível dos Cuidados de Saúde Primários (CSP), da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), atendimento pré-hospitalar e urgência/emergência; SIE e Processo de Bolonha. Cada uma dessas áreas implicou uma intervenção junto do poder político, mas também junto dos enfermeiros e das organizações prestadoras de cuidados.

Destaca-se:

Cuidados Saúde Primários/Unidades de Saúde Familiar

As actividades previstas foram globalmente efectuadas, com iniciativas locais de acompanhamento e de relação com a governação, no particular:

Apresentação de proposta sobre o **Enfermeiro de Família** com enquadramento formativo e inclusão na matriz/modelo de desenvolvimento de competências, bem como a criação de enfermeiros de família às Unidades de Saúde Familiar (USF) e centros de saúde, em sede da Missão dos Cuidados de Saúde Primários, Ministro da Saúde e Secretário de Estado da Saúde, serviços locais e institucionais;

Monitorização da utilização das orientações e requisitos de constituição das USF, efectuado

presencialmente e a nível nacional, com envolvimento dos membros do Observatório da Ordem dos Enfermeiros para os Cuidados de Saúde Primários (OOECSP);

Apoio aos enfermeiros da área de CSP em liderança, criando vagas nos cursos de «Liderança para a Mudança», e apoiando equipas de projecto, através de programas formativos e reuniões sectoriais;

Participação em debates junto dos enfermeiros e outros profissionais de saúde, noutros *fora* de discussão com a Missão dos Cuidados de Saúde Primários e órgãos de administração/gestão institucional e locais;

Este acompanhamento local dos projectos, realizado pelo OOECSP e pelos órgãos sociais, foi efectivo e eficaz tanto a nível regional como nacional, sendo relevante a sua continuidade.

Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados

Neste domínio, a OE interveio junto do Ministro da Saúde, Secretária Estado Adjunta, ARS e da Unidade de Missão para os Cuidados Continuados Integrados.

Foram privilegiadas visitas institucionais junto dos colegas que trabalham nas Unidades de Internamento, no sentido do acompanhamento do exercício profissional nestas unidades e de conhecer melhor este tipo de estrutura, nomeadamente as questões relacionadas com a segurança de cuidados.

Também o trabalho com os colegas que fazem parte das Equipas de Gestão de Alta e Equipas de Coordenação Local mereceu atenção especial de modo a identificar constrangimentos, potenciar a articulação e identificar as condições de acesso à Rede, ingresso e mobilidade.

Foi elaborado um manual com orientações para a prestação de cuidados.

Urgências e pré-hospitalar

No que concerne à reorganização da rede de urgências e dos cuidados no pré-hospitalar, para além da tomada de posição já referida neste relatório, a Ordem efectuou um aprofundado e contínuo acompanhamento desta matéria, apostando na clarificação da posição da OE sobre a temática em questão. Foram realizadas reuniões de trabalho com a Comissão de Requalificação das Urgências e com o INEM.

2.3.1 Assembleia da República

A OE remeteu à Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura um parecer sobre a proposta de Lei relativa ao Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior.

Na sequência da apresentação do dossier de Bolonha, a Ordem dos Enfermeiros foi ouvida em audiência pela Comissão Parlamentar de Saúde e pela Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, tendo esta última reunião sido agendada para 3 de Janeiro de 2008.

Foi igualmente realizada uma audiência com o Bloco da Esquerda a pedido daquele Grupo Parlamentar, para apreciação da política governamental e o seu impacto sobre a configuração e funcionamento dos serviços de saúde, bem como sobre o exercício profissional.

2.3.2 Governo

Primeiro-Ministro
Foi solicitada uma audiência com o objectivo de darmos a conhecer as orientações sobre recursos humanos e sua mobilidade no quadro das orientações do Governo. Devido à sobrecarga de agenda com a Presidência Portuguesa da União Europeia, esse agendamento foi remetido para o Ministro da Saúde, Prof. Correia de Campos.

Um outro pedido de audiência a propósito do Processo de Bolonha ainda aguarda agendamento.

Ministério da Saúde

Ministro da Saúde
Foram realizadas várias audiências com o Ministro da Saúde, Prof. Correia de Campos, sobre os seguintes assuntos:

Necessidades em cuidados de Enfermagem e dotações de enfermeiros, bem como o cumprimento do preconizado pelo MS, de acordo com os indicadores de relatórios do próprio MS;
Unidades de Saúde Familiar e Reforma dos Cuidados de Saúde Primários;
Requalificação da rede de urgências;
Rede Nacional de Cuidados Continuados;
Proposta de alteração estatutária.

Secretário de Estado da Saúde
Foi realizada uma reunião com o Secretário de Estado da Saúde, Dr. Francisco Ramos, sobre a contratação a termo certo de enfermeiros no Serviço Nacional de Saúde, nomeadamente nos CSP, onde as dificuldades foram mais eminente com a entrada em vigor do Decreto-lei nº 276-A/2007 de 31 de Julho.

Secretária de Estado Adjunta
Foram realizadas audiências com a Dr.ª Carmen Pignatelli, de acordo com as suas áreas de responsabilidade, sobre as seguintes matérias:

SIE e sua integração no Sistema de Informação da Saúde, tendo sido neste âmbito entregue o documento «Resumo Mínimo de Dados e *Core* de Indicadores de Enfermagem para o Repositório Central de Dados da Saúde»;
Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados;
Dotação de enfermeiros versus Sistema de Classificação de Doentes por Grau de Dependência;

Alto Comissariado da Saúde
Foram realizadas reuniões de trabalho com a Alta Comissária da Saúde.

Ainda sobre áreas de responsabilidade do Ministério da Saúde, foram realizadas reuniões de trabalho com:
Comissão de Requalificação das Urgências;
INEM;
Unidade de Missão para os Cuidados de Saúde Primários;
Comissão de Reestruturação dos Serviços de Saúde Mental;
Direcção-Geral da Saúde – Director Geral e Chief Nursing Officer.

Foram emitidos pareceres com destaque para questões relativas à transposição das directivas europeias.

Dos diversos pareceres elaborados e enviados ao Gabinete do Ministro da Saúde e à ACSS, relevamos os seguintes:

- Parecer sobre a transformação do Estatuto Jurídico para Entidades Públicas Empresariais em dois projectos de Decreto-Lei relativos a outros tantos Centros Hospitalares;
- Apreciação sobre o referencial de formação dos Auxiliares de Acção Médica.

Ainda no quadro do Ministério da Saúde, mais concretamente da Direcção-Geral da Saúde, a Sr.ª Bastonária fez, mais uma vez, parte do júri que atribui o Prémio Nacional de Saúde de 2007.

Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

No âmbito da adequação do Ensino de Enfermagem ao Processo de Bolonha, foram solicitadas audiências no seguimento das várias reuniões havidas com o Coordenador do Grupo de Acompanhamento do Ensino Superior na área da Saúde e com o Coordenador do Grupo de Acompanhamento do Processo de Bolonha.

2.3.3 Outras reuniões

Por solicitação do Presidente do PSD, a Ordem dos Enfermeiros foi recebida numa audiência para análise das políticas de saúde e de educação.

Efectuou-se uma audiência com o Dr. Jorge Sampaio com o objectivo de o convidar a estar presente no Congresso do ICN e de sensibilizar para o Projecto da Biblioteca Móvel e da Tuberculose.

2.3.4 Outras Organizações Profissionais

A OE reuniu com os Sindicatos e Associações Profissionais;

Foram igualmente celebrados vários encontros com as Ordens Profissionais da Saúde (Médicos, Farmacêuticos e Médicos Dentistas).

Conselho Nacional das Ordens Profissionais (CNOP)

A Ordem dos Enfermeiros foi integrada no Conselho Nacional das Ordens Profissionais no dia 28 de Maio de 2007.

- Participou em várias reuniões deste Conselho;
- Pronunciou-se junto do Conselho sobre o Projecto-de-Lei que estabelece o Regime das Associações Públicas Profissionais.

2.3.5 Participação em comissões/organismos previstos na lei ou por solicitação

Para além dos enfermeiros já nomeados anteriormente, o Conselho Directivo procedeu, ao longo deste ano do mandato, à nomeação de mais dois representantes: um para o Conselho Nacional para a Infecção VIH/SIDA e outro para a Comissão Nacional para o Desenvolvimento da Cirurgia de Ambulatório.

2.3.6 Participação em eventos realizados por enfermeiros e/ou outras entidades

A OE continuou a ser convidada para várias iniciativas promovidas por diferentes instituições ou entidades e realizadas em diversas localidades do continente e das regiões autónomas.

Em resposta a estas solicitações, a Sr.ª Bastonária esteve presente, ou fez-se representar em 216 eventos, participando com várias apresentações temáticas ou intervindo em sessões de abertura e/ou encerramento.

3 - GESTÃO DE RECURSOS

Continuou a ser uma preocupação permanente a adequação dos recursos às reais necessidades em constante mudança e que os mesmos permitissem cumprir os resultados esperados. Assim:

3.1 Instalações e equipamentos

No seguimento da decisão política de centralizar a gestão do património, foi dada continuidade às obras de remodelação das instalações afectas à Secção Regional Norte e à Secção Regional Centro, tendo as mesmas sido concluídas durante o ano 2007.

Por evidentes limitações de espaço, necessário ao adequado funcionamento dos serviços da sede e ao desenvolvimento das actividades dos órgãos (e, por isso, garante do cumprimento das suas competências), foram alugadas e realizadas as necessárias intervenções estruturais e de equipamento, instalações junto ao edifício da sede nacional.

Foi deliberada a actualização do inventário global da Ordem dos Enfermeiros, necessidade evidenciada pelas intervenções realizadas ao longo dos últimos anos, em quase todas as Secções Regionais e Sede Nacional, bem como pelo término de mandato dos respectivos órgãos sociais.

Deliberou-se a actualização dos recursos informáticos disponíveis para a ligação em rede de todos os serviços da Ordem dos Enfermeiros a nível central e regional, que foram alvo de auditoria interna que permitiu evidenciar essa necessidade. De salientar que não tinham, ainda, sido de alvo de reestruturação profunda desde o investimento inicial ao tempo da Comissão Instaladora.

Manteve-se todos os contratos de prestação de serviços, de apoio logístico ao funcionamento da sede nacional.

3.2 Recursos Humanos

Foram admitidos 5 novos funcionários e cessou funções por rescisão de contrato 1 funcionário. As admissões permitiram não só a substituição deste funcionário, como reforçar a equipa do sector da Tesouraria e da Contabilidade, reforçar a equipa do Gabinete de Relações Internacionais e garantir o apoio interno/externo nas novas instalações.

A sede possuía 24 funcionários a 31 de Dezembro de 2007, com uma média etária de 34 anos e só 3, ainda, com uma relação de trabalho com contrato a termo certo.

A formação dos funcionários foi uma preocupação, como instrumento de manutenção e desenvolvimento de novas aptidões, e a adaptação dos recursos às novas exigências.

Além da formação financiada pela ordem foram também atribuídos estatutos de trabalhador estudante.

4 - RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O desenvolvimento das Relações Internacionais contou com o suporte permanente do Gabinete de Relações Internacionais (GRI), que assegurou a coordenação de toda a actividade desenvolvida, contribuindo, desse modo, positivamente para a afirmação e visibilidade internacional da Enfermagem portuguesa, tanto no seio das Organizações Europeias e Internacionais de Enfermeiros, como nas instâncias da Comunidade Europeia, nomeadamente no quadro da Presidência Europeia e junto dos Eurodeputados.

O GRI, para além do seu coordenador, contou com uma Assessoria Técnica a partir do mês de Março.

Assim, importa realçar:

No Quadro das Organizações Internacionais e Europeias de Enfermeiros

4.1 ICN – *International Council of Nurses* – Conselho Internacional de Enfermeiros

4.1.1 Conselho de Representantes (CNR) – Conferência Internacional – 8ª Conferência de Regulação – Stand Institucional - De 27 a 1 de Maio em Yokohama, no Japão.

A participação da delegação portuguesa contou - para além dos representantes no CNR, no quadro do modelo de filiação da OE no ICN (OE, Sindicatos e Associações Profissionais) - com 1 delegado em representação do CD, CJ e CE, e ainda com delegados das SR do Norte, Centro, Sul e Açores, os quais participaram com comunicações e/ou acompanhamento e intervenções em sessões definidas previamente como de maior interesse para a Enfermagem portuguesa e/ou para a sua divulgação internacional.

A OE participou ainda com um Stand Institucional de divulgação no espaço da Exposição da Conferência. Foram distribuídos diversos produtos promocionais e foi solicitada a colaboração através do envio de materiais promocionais, a associações profissionais de enfermeiros, instituições onde se lecciona o curso de Enfermagem, bem como a firmas e regiões de turismo nacional. A recepção dos visitantes no stand foi integralmente assegurada por membros da delegação nacional.

Participaram também os vencedores do concurso de Comunicações Livres promovido pela OE e alguns colegas que aproveitaram as condições especiais de viagem e alojamento negociadas pela OE.

A Conferência Internacional do ICN foi subordinada ao lema «Os enfermeiros na vanguarda - Lidando com o inesperado». Nela foram apresentas as seguintes comunicações pela delegação portuguesa, tendo as mesmas adoptado o formato de simpósios, comunicações orais ou pósteres:

«*Nursing Education in Portugal*»
«*Re-discovering prudence: to face risk and ethical decision making*»
«*Ethics and values facing the End of Life*».
«*Colaboration model: reflections and results of three years of work*»
«*Quality standards project for nursing care in Portugal*»
«*Système d'information dans le métier infirmier et le règlement professionnel au Portugal*»
«*The mobile library in Portuguese*»
«*Éducation en soins infirmières au Portugal*»

«*Protecting safety in health care*»
«*Nurses and minor´s informed consent*»
«*Nursing in the international arena: a three piece suit*»
«*Debating information cross-borders*»
«*Esperiencia de los consejos jurisdicionales regionales: descripción del trabajo y otras facetas de su actividad*»
«*Portuguese nurses face to face with avian flu*»
«*Nurses working against catastrophe and calamity*»
«*Regulation through individual professional development paths and competences certification*»
«*Design and operation of discipline processes: eight years of experience (1999/2007)*»
«*Sharing recommendations to nursing education concerning ethics and deontology*»
«*Violence and Health Professionals - a portuguese point of view*»
«*ICNP - Continuing development and worldwide dissemination*»
«*The Girl Child Iniciative - An update on the Portuguese Girl Child Project*»

Várias foram as sessões em que membros da delegação portuguesa foram convidados pelo ICN para assegurar a moderação das mesmas.

Na 8ª Conferência Internacional de Regulação, as apresentações garantidas pela delegação da OE foram as seguintes:

«*Regulation through individual professional development paths and competences certification*»
«*Design and operation of discipline processes: eight years of experience (1999/2007)*»
«*Sharing recommendations to nursing education concerning ethics and deontology*»

Para além da participação nesta conferência, a OE foi responsável pela moderação do Workshop intitulado «Discipline».

4.1.2 Fórum de Regulação, Fórum de Certificação e Observatório de Regulação do ICN, Londres, Novembro

Fórum de Regulação
Este Fórum Internacional reúne as Associações Nacionais de Enfermeiros com funções de Regulação, tendo a OE participado com um delegado.

Fórum de Certificação
A OE foi, pela primeira vez, convidada a integrar este Fórum, que tem como finalidade aprofundar as matérias relacionadas com a certificação profissional nos vários países que o integram.

Observatório de Regulação do ICN
Constituído por 10 membros, entre os quais a Sr.ª Bastonária, este grupo de trabalho avaliou as tendências mundiais sobre regulação profissional num quadro de desregulação marcado pela globalização da economia e pelo enfraquecimento da intervenção das Organizações Governamentais Internacionais (ONU, OMS).

4.1.3 Eventos e Projectos OE – ICN

Dia Internacional do Enfermeiro (DIE) - No âmbito do FNOPE, realizaram-se as comemorações do Dia Internacional do Enfermeiro, subordinadas ao tema «Ambientes favoráveis à prática: Condições no trabalho = Cuidados de qualidade»**,** na Casa da Música no Porto;

Projecto Biblioteca Móvel OE/ICN - De acordo com o Plano de Actividades, foi concretizada a implementação do projecto em Angola, São Tomé e Príncipe e Moçambique, tendo já estes países recebido as suas bibliotecas. O projecto Biblioteca Móvel é coordenado pela Enfermeira Isabel Soares e desenvolvido com a colaboração da Enfermeira Lisete Fradique Ribeiro e do GRI. Foram feitos novos contactos com os restantes países de expressão lusófona para a possível fidelização ao projecto.

Projecto Rapariga Urbana – *Girl Child Project* - O GRI continua a fazer o acompanhamento e assessoria do projecto do ICN denominado «Rapariga Urbana (*Girl Child Project*)», coordenado pela Comissão de Especialidade em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica. Os resultados disponíveis foram apresentados na conferência do ICN. O GRI recolheu informação que disponibilizou ao grupo e à comissão.

Projecto de candidatura para a realização, na cidade de Lisboa, do Congresso e CNR de 2013 do ICN;

4.2 EFN - Federação Europeia das Associações de Enfermeiros

Foi assegurada a participação nas duas Assembleias-gerais anuais, a primeira em Dubrovnik e a segunda em Bruxelas, e estivemos também presentes na conferência *Tunning* em Bruxelas - representação assegurada pelos delegados oficiais da OE.

4.3 FEPI – *European Federation of Nursing Regulators* – Federação Europeia dos Reguladores de Enfermagem

No dia 2 de Fevereiro, numa reunião do Conselho Executivo da FEPI em que a Sr.ª Bastonária esteve presente, a OE formalizou a sua entrada nesta organização.

Ao longo deste ano, a OE esteve presente nas Assembleias-gerais e nas reuniões da FEPI e dentro do possível, deu resposta ao que lhe foi solicitado. Num envolvimento mais estreito, a OE esteve integrada nos quatro grupos de trabalho da FEPI: Saúde; Educação; Ética e dos Reguladores.

Participou ainda na Conferência realizada na Croácia.

4.4 WENR – *Workgroup of European Nurse Researchers* – Grupo de Enfermeiros Investigadores da Europa

A Enfermeira Marta Lima Basto, representante da OE neste grupo, participou na reunião anual, em Vilnius.

4.5 FNOPE – Fórum Nacional das Associações Profissionais de Enfermeiros

O GRI coordenou a actividade regular do FNOPE, promovendo a realização de nove reuniões, disseminando, divulgando e recolhendo informação entre os seus membros.

4.6 EFNNMA – *European Forum of National Nursing and Midwifery Associations* – Fórum Europeu de Associações Nacionais de Enfermagem e Enfermagem Obstétrica

Os representantes oficiais da OE/FNOPE participaram, em Outubro, no encontro anual em Copenhaga, onde foram debatidas questões relacionadas com os valores e princípios dos sistemas de saúde europeus e onde houve eleições aos corpos dirigentes desta organização.

4.7 CNO's *Network* – Rede de trabalho de Assessores Ministeriais de Enfermagem

Prosseguindo a actividade iniciada em 2004 com esta rede de trabalho informal, a OE, em parceria com a Direcção-Geral da Saúde, organizaram, em Lisboa, no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia, o encontro de *Chief Nursing Officers* (Assessores Ministeriais de Enfermagem). De realçar que, na altura, o Enfermeiro Sérgio Gomes já detinha o cargo de CNO em Portugal.

4.8 No Quadro de Instituições Internacionais e Europeias intergovernamentais

WHO – *World Health Organization* – Organização Mundial de Saúde
Participação da Sr.ª Bastonária, integrada na delegação oficial do Ministério da Saúde, em conjunto com os representantes governamentais de cada país, na Assembleia Geral da Organização Mundial da Saúde que se realizou entre 14 e 23 de Maio em Genebra;

4.9 Projectos específicos

4.9.1 Profissionais de Saúde Transpondo Fronteiras – *Health Professionals Crossing Bordes*

Foram feitos o acompanhamento e participação em iniciativas decorrentes da concretização das estratégias definidas nas conferências «Profissionais de Saúde Transpondo Fronteiras» (*Health Professionals Crossing Borders*), relativas à mobilidade transfronteiriça de profissionais de saúde e suas implicações.

Em Outubro, a OE conseguiu realizar em Lisboa a reunião da HPCB onde foram discutidos vários temas, entre eles «Profissionais de Saúde Transpondo Fronteiras», tendo no final contado com a presença do Prof. Pereira Miguel, Coordenador da área da Saúde para a Presidência Europeia da União Europeia.

Para a realização desta reunião, a OE promoveu um encontro na sua sede com a Ordem dos Médicos, Ordem dos Farmacêuticos e Ordem dos Médicos Dentistas.

4.9.2 PPUE – Presidência Portuguesa da União Europeia

No quadro das actividades da Presidência Europeia, os trabalhos foram desenvolvidos em três áreas principais:

Participação em 16 eventos;
Organização de 2 eventos;
Encaminhamento dos convites para outras organizações (3) de reuniões, conferências e simpósios internacionais;

Elaboração e divulgação de estudo descritivo sobre as condições socioeconómicas dos enfermeiros estrangeiros em Portugal;

4.9.3 Parlamento Europeu

Realização de contactos com o Parlamento Europeu, nomeadamente em reuniões que decorreram em Bruxelas com os Eurodeputados.

4.9.4 Rede de Enfermagem da Comunidade de Países de Língua Portuguesa

O GRI tinha em mente participar na consolidação da Rede de Enfermagem, mas não foi possível realizar qualquer actividade neste âmbito. No entanto, fomos contactados pelo Alto Comissariado da Saúde, que mostrou interesse na constituição de uma Rede de Enfermagem no âmbito dos CPLP.

4.9.5 Tradução de documentos

Para garantir o acesso da totalidade dos membros a informação que é considerada relevante, foi encetada uma política de tradução regular de documentos. Exemplos desses documentos são:

Tomadas de Posição do ICN: «Investigação em Enfermagem»; «Os enfermeiros e os Cuidados de Saúde Primários», «Conflito armado: a perspectiva da Enfermagem»; «A clonagem e a saúde humana», «Redução dos riscos ambientais e dos riscos de saúde relacionados com o estilo de vida» No âmbito da BM e que brevemente serão divulgados.

KIT do Dia Internacional do Enfermeiros 2007, intitulado «Ambientes favoráveis à prática: Condições de trabalho = cuidados de qualidade».

II– ACTIVIDADES INERENTES AO REGULAR FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS

1. GESTÃO DE MEMBROS

Cancela-mento	Suspensão	Alt. morada	Informação	Revalidação Céd. Prof.	Averbamento	2.ª Via Cédula Prof.	Alt. nome	Transf. Processo	Actualização dados	Reactivação	Total
294	585	729	395	1.907	386	285	156	436	21.508[2]	48	26.729

O serviço de apoio à gestão de membros recebeu e deu resposta aos seguintes pedidos:

Só na sede, e para efeito de pagamento de quotização, foram registadas 2.866 entradas de cheques/vales de correio, com uma média mensal de 238, sendo Janeiro, com 703, e Dezembro, com 769, os meses com maior volume de entradas.

2. INSCRIÇÕES

No ano de 2007, foram admitidos 3.856 membros registando-se, em relação ao ano anterior, um aumento do número de enfermeiros admitidos (mais 229).

Durante o ano de 2007, foram recusados cinco dos pedidos de inscrição na OE, com base na falta de habilitações legais para o exercício da profissão, e foram arquivados cinco processos.

Releve-se que, a 31 de Dezembro, a OE regista 54.220 enfermeiros activos.

3. REVALIDAÇÃO DAS CÉDULAS PROFISSIONAIS

No cumprimento do regulamento aprovado em Assembleia-Geral, foi efectuada, no final de 2007, a revalidação automática das cédulas profissionais aos membros com a situação de quotas regularizada a 31 de Dezembro.

[2] Fichas de actualização de dados. Acrescem 99 actualizações de dados que não incluem alteração de nome ou de morada.

A elevada percentagem de enfermeiros com situação de quotas regularizadas deixa transparecer o envolvimento dos enfermeiros com a sua OE.

4. ATRIBUIÇÃO DE TÍTULOS

O CE atribuiu um total de 4706 títulos, dos quais 3856 de Enfermeiro e 850 de Enfermeiro Especialista distribuídos por Secção Regional e área de especialidade conforme o quadro:

Titulo	AÇORES	CENTRO	MADEIRA	NORTE	SUL	Total
ENFERMEIRO	88	736	83	1729	1220	3856
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM DE REABILITAÇÃO	0	51	0	44	41	136
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM DE S. I. E PEDIÁTRICA	0	6	19	85	54	164
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM DE S. M. E OBSTÉTRICA	5	36	2	85	100	228
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM MÉDICO-CIRÚRGICA	0	25	0	57	8	90
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM COMUNITÁRIA	0	31	1	145	7	184
ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM S. M. E PSIQUIÁTRICA	0	7	1	20	20	48
Total	**93**	**892**	**106**	**2165**	**1450**	**4706**

A análise da totalidade dos processos de inscrição releva que: foram deliberadas 4 não admissões como Enfermeiro e 1 como Enfermeiro Especialista; foram arquivados 5 processos; Foram ainda realizadas 37 avaliações curriculares, solicitadas ao abrigo do acordo luso-brasileiro, sendo que 11 tiveram parecer desfavorável com a seguinte distribuição por região: 3 da Secção Regional dos Açores; 1 da Secção Regional Centro, 2 da Secção Regional da Madeira, 12 da Secção Regional Norte, 19 da Secção Regional do Sul.

5. EMISSÃO DE PARECERES

5.1 SOBRE A MATÉRIA INTERDISCIPLINAR DAS ESPECIALIDADES EM ENGERMAGEM

O CE emitiu 78 pareceres distribuídos de acordo com a seguinte classificação:

- Ensino de Enfermagem – 25
- Prestação de Cuidados – 31
- Organização de Serviços – 10
- Matéria de Regulação Profissional – 7
- Matéria Disciplinar - 2
- Consultoria Técnica a organismos do Estado – 3

5.2 SOBRE O EXERCÍCIO PROFISSIONAL E A DEONTOLOGIA

O CJ emitiu 79 pareceres, 10 dos quais transitados de 2006, que se distribuem do ponto de vista temático, da seguinte forma:

- Incompatibilidades – 28
- Aspectos legais e deontológicos da actividade profissional – 8
- Informação/consentimento e sigilo – 5
- Prática de cuidados a clientes em contexto – 10
- Actividades interdependentes – 8
- Participação de estudantes de Enfermagem – 1

- Medicinas não convencionais – 1
- Recusa de cuidados / OC – 1
- Objecção de Consciência / IVG – 8
- Questões ético-deontológicas ligadas à imagem/à profissão – 1
- Formação – Responsabilidades em Ensino Clínico – 1
- Condições do exercício para a prestação de cuidados – 1
- Competências especificas do enfermeiro – 2
- Tomadas de Posição – 3
- Análise situação (Entidade Reguladora da Saúde) – 1

6. PROCEDIMENTO DISCIPLINAR

Durante o ano de 2007, deram entrada no Conselho Jurisdicional 138 novos Processos Disciplinares.

- 8 Processos Disciplinares têm como objecto a violação de *legis artis;*
- 130 Processos Disciplinares têm como objecto a violação do dever de pagamento de quotização previsto na aliena m) do número 1, do artigo76º, do Estatuto da Ordem dos Enfermeiros.

Dos processos disciplinares (concluídos em 2007) relativos a *legis artis,* foram sancionados 11, sendo 2 com advertências escritas, 8 com censura escrita e 3 com suspensão pelo período de um ano. Um dos processos fica pendente.

Do ano anterior transitaram:

- 47 Processos disciplinares que tinham como objecto o incumprimento do dever de pagamento de quotização, previsto na alínea m) do ponto 1 do artigo 76 do Estatuto da Ordem dos Enfermeiros. Dos referidos 47 Processos Disciplinares transitados, 4 foram concluídos.

- 13 Processos disciplinares que tinham como objecto a violação de *legis artis*. Dos referidos 13 Processos Disciplinares transitados, 12 foram concluídos. O Processo Disciplinar que se encontra pendente tem como causa a impossibilidade de notificação das testemunhas requeridas com a defesa da arguida.

- Acresce ao número de Processos Disciplinares por eventual violação de *legis artis* referido no ponto anterior, 2 Processos disciplinares que se encontram suspensos nos termos do n.º 2, do artigo 53 do Estatuto da Ordem dos Enfermeiros – aguardando decisão judicial.

No ano de 2007 foram concluídos os seguintes processos:

- 1 processo para a Atribuição da Qualidade de Membro Honorário;
- 4 processos de Reconhecimento de Mérito.

Actualmente encontram-se em fase de instrução, 3 processos para a Atribuição da Qualidade de Membro Honorário da Ordem dos Enfermeiros.

7. GESTÃO DOS SERVIÇOS E EXPEDIENTE

Tal como em anos anteriores, o envio da correspondência para os membros da Ordem dos Enfermeiros continua a constituir uma fatia muito significativa do volume de trabalho, acometido ao sector administrativo.

Fazem parte desta correspondência, entre outros documentos, as facturas relativas ao pagamento de quotas (**2006** – 481 334; **2007** – 494 438); as apólices do seguro de responsabilidade civil profissional (**2006** – 6535; **2007** -5874), as vinhetas de revalidação das cédulas profissionais (**2006** – 32 705; **2007** – 30 255), emissão de cédulas profissionais (**2006** – 5 474; **2007** – 3019).

Foi mantida a preocupação na minimização dos custos, assegurando, por exemplo, que a informação pertinente a disponibilizar a todos os membros fosse enviada juntamente com a facturação.

Em termos globais foram registadas 12.710 entradas de documentos, com uma média mensal de 1.064 documentos.

Do total 8.185 foram ofícios, 1.049 faxes e 3.476 e-mail's.

Tal como já foi referido, foram ainda registadas 2.866 entradas de cheques/vales de correio para pagamento de quotas.

Foram registadas 9.680 saídas de documentos, com uma média mensal de 806 documentos, não são aqui contabilizados os *mailings*.

Do total de saídas registadas, 1.640 foram registadas com aviso de recepção.

Foram enviados 1.169.611 documentos dos quais 494.438 facturas, 208.705 revistas ROE, 161.826 referentes ao processo eleitoral de 13.12.07, 50.741 fichas de actualização de dados, 54.099 postais de Natal, 30.255 vinhetas de revalidação, entre outros de menos volume.

No total geral, o *mailing* mais saídas, foram enviados 1.179.291 documentos no ano 2007.

Foram registadas 5.577 devoluções de correspondência com uma média mensal de 465. De entre os motivos que originam maior volume de devoluções destacam-se: alteração de morada com 2.280 devoluções, recusada pelo remetente com 853 e endereço insuficiente/desconhecido com 2.288.

O acréscimo em relação ao ano de 2006 foi de 13.2%.

8. REUNIÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Todos os órgãos nacionais funcionaram regularmente, reunindo de acordo com o estipulado no estatuto e nos respectivos regulamentos internos.

Conselho Directivo

Ao longo do ano, o CD reuniu ordinariamente por 27 vezes, realizando ainda mais 6 reuniões extraordinárias.

O CD promoveu, em conjunto com o CE, um EOS no mês de Fevereiro, na Costa da Caparica, com a finalidade de recolher todos os contributos necessários para o Modelo de desenvolvimento profissional/Certificação de competências e Individualização das especialidades.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal reuniu 11 vezes para proceder à análise das Actas do Conselho Directivo e das contas da Ordem dos Enfermeiros assim como para emissão de pareceres sobre o Relatório e contas e o Plano de Actividades e Orçamento.

Reuniu ainda para avaliação das visitas realizadas às Secções Regionais no âmbito das suas responsabilidades.

Conselho Jurisdicional

O CJ agendou as reuniões necessárias para o planeamento e para a avaliação das actividades de formação e encontros de reflexão, promovidos por este órgão, e para decisão final em processos disciplinares. Foram realizadas 16 reuniões e 5 Plenários Descentralizados, 12 Reuniões da primeira secção e 12 Reuniões da segunda secção.

Conselho de Enfermagem

O Conselho de Enfermagem realizou 25 reuniões das quais 12 ordinárias, sendo que 1 foi realizada ao abrigo do n.º3 do artigo 6.º do Regulamento do Conselho de Enfermagem, 5 extraordinárias, 6 alargadas aos Presidentes dos Conselhos de Enfermagem Regionais. Foram ainda efectuados 2 Encontros Nacionais do Conselho de Enfermagem (ENCE).

As Comissões de Especialidade reuniram-se de acordo com o quadro de se segue:

Reuniões/Comissão	Ordinárias	Extraordinárias	Alargadas
CCG	12	1	
CEEC	11		
CEEMC	8		
CEER	11		
CEESIP	9	1	5
CEESMO	12	5	3
CEESMP	4	1	4
C Formação	13	5	2

III – ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Ao encerrar as contas relativas ao Exercício de 2007, podemos afirmar que estas espelham de forma transparente e credível a nossa situação financeira e os resultados da nossa actividade, pelo que é nosso propósito continuar a assegurar aos Membros a continuidade e consistência dos correspondentes Relatórios de Gestão e Contas, garantindo, deste modo, a fiabilidade das mesmas.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA

O Resultado Líquido do Exercício de 2007 cifrou-se em € 2.774,00, num ano em que se procurou dar cumprimento ao plano de actividades e ao estabelecido em termos de Orçamento.

PROVEITOS

O valor da quotização emitida é contabilizado pela totalidade na Sede Nacional sendo posteriormente feita a sua distribuição pelas Secções Regionais, na mesma percentagem que se aplica aos recebimentos, no sentido da manutenção de uniformização de critérios.

A execução orçamental das principais rubricas de proveitos, pode ser analisada a seguir:

€

Proveitos Associativos (Quotizações)	Valor da Facturação	Percentagens das Secções Regionais	Valor Liquido para a Sede Nacional
Secção Regional Açores (*)	131 356,28	180 897,81	(49 541,53)
Secção Regional Centro	1 027 280,76	308 184,22	719 096,54
Secção Regional Madeira (**)	160 408,60	142 449,88	17 958,72
Secção Regional Norte	1 471 555,36	441 466,61	1 030 088,75
Secção Regional Sul	1 925 763,40	577 729,04	1 348 034,36
TOTAL	**4.716.364,40**	**1.650.727,56**	**3 065 636,84**

(*) A percentagem para a Secção Regional incorpora 3% da facturação global
(**)A percentagem para a Secção Regional incorpora 2% da facturação global

€

Proveitos	Total Realizado Bruto - 2007	Valor Realizado Líquido (*) - 2007	Valor Orçamentado Líquido -2007
Proveitos Associativos			
Quotizações	**4 716 364,40**	**3 065 636,84**	2 981 086,68
Emolumentos	39 181,14	39 181,14	40 000,00
Proveitos Suplementares	41 216,56	41 216,56	50 000,00
Subsídios	17 450,00	17 450,00	23 700,00
Outros Proveitos Operacionais	59 070,92	59 070,92	2 500,00
Proveitos Financeiros	142 876,11	142 876,11	60 000,00
Proveitos Extraordinários	13 112,72	13 112,72	7 500,00
TOTAL	**5 029 271,85**	**3 378 544,29**	**3 164 786,68**

(*) Após distribuição da Percentagem de Quotização por Secções Regionais, no montante de € 1 650 727,56.

O Total Realizado Bruto diz respeito ao total de **Proveitos Associativos** correspondente à facturação mensal emitida. Após distribuição da percentagem de proveitos por cada Secção Regional processa-se a correspondente contrapartida na conta de custos "Outros Custos Operacionais" pelo mesmo montante, resultando o Valor Realizado Líquido – Proveitos Associativos, correspondentes à percentagem da facturação alocada à Sede Nacional.

Os **Proveitos Suplementares** são constituídos fundamentalmente pela venda de publicações, material de divulgação e inscrições em eventos. São aqui reflectidos, também, os emolumentos das inscrições de membros não aceites na Ordem.

Os **Subsídios** são relativos à Biblioteca Móvel.

Os **Outros Proveitos Operacionais** são constituídos pelo Protocolo com a AXA, e a comparticipação das secções com as Bibliotecas Móveis.

Os **Proveitos Financeiros** são provenientes de juros bancários dos depósitos à ordem e a prazo.

Os **Proveitos Extraordinários** referem-se a donativos e patrocínios para o II Congresso Nacional e proveitos provenientes de reembolsos de despesas.

Os custos do exercício totalizaram € 5 026 497,85, conforme o quadro seguinte:

€

Custos	Orçamentado	Realizado	Variação
Fornecimentos e serviços externos	2 202 105,72	2 354 742,99	6,9%
Impostos	22 500,00	30 037,78	33,5%
Custos com o pessoal	452 868,90	421 568,69	(6,9%)
Percentagem Quotização emitida (Secções Regionais)	1 605 200,52	1 650 727,56	2,8%
Outros custos e perdas operacionais	188 478,00	151 125,80	(19,8%)
Amortizações	88 000,00	97 002,82	10,2%
Custos e perdas financeiras	165 000,00	246 024,79	49,1%
Custos e perdas extraordinárias	35 000,00	75 267,42	115,1%
TOTAL	**4 759 153,14**	**5 026 497,85**	**5,6%**

CUSTOS

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de fornecimentos e serviços externos (FSE) é aquela cuja natureza atinge maior expressão na estrutura de custos**,** por reflectir na mesma todas as actividades do Plano.

Dentro destes custos assume especial relevância a Comunicação, da qual 83% são relativos aos encargos com os correios para informação aos membros.

Assim como as Deslocações e Estadias, rubrica onde ocorrem as despesas com as actividades dos Órgãos Sociais Nacionais, Grupos de Trabalho, Comissões e outras actividades para cumprimento do Plano de Actividades Nacional.

Também os Trabalhos Especializados assumem especial importância os trabalhos de tipografia, de envelopagem e de trabalhos gráficos com a revista, todo o apoio especializado e manutenção logística e os trabalhos especializados relativos às cédulas profissionais.

CUSTOS FINANCEIROS

O montante desta rubrica deve-se aos custos da SIBS referentes aos pagamentos das quotizações pelo Multibanco, assumidos na sua totalidade pela Sede Nacional, e ainda aos Juros dos empréstimos centralizados na Sede Nacional.

CUSTOS EXTRAORDINÁRIOS

Os Custos Extraordinários resultam da contabilização de facturas entradas no próprio ano referentes a despesas do ano anterior. Apesar da sensibilização de todos para que este valor seja cada vez mais residual, ocorrem factores circunstanciais que nem sempre o viabilizam, que ocasionaram a sua contabilização já em 2007.

Análise da Situação Financeira e Patrimonial

Foi dado cumprimento à decisão da Comissão Gestora do Património, no sentido de concluir as obras projectadas no mandato anterior. Concluíram-se as obras das sedes das Secções Regionais do Centro e do Norte.

Pode verificar-se o nível de investimentos com base no seguinte mapa:

			€
Imobilizações	**Orçamentado**	**Realizado**	**Variação**
Imobilizações corpóreas			
Edifícios e outras construções	786 387,81	893 344,71	13,6%
Equipamento administrativo	25 000.00	30 384,88	21,5%
Equipamento informático	65 000.00	110 643,03	70,2%
Outras imobilizações corpóreas	10 000.00	16 037,05	60,4%
Total	**886 387,81**	**1 050 409,67**	**18,5%**

Tendo em conta o artigo 96º dos Estatutos, o Fundo de Reserva totaliza € 983 889,28 o qual será reforçado de acordo com o resultado do exercício em € 554,80.

Lisboa, 23 de Janeiro de 2008

O Conselho Directivo

BALANÇO

E

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DO EXERCÍCIO DE 2007

ORDEM DOS ENFERMEIROS
ASSEMBLEIA GERAL DE 15 DE MARÇO DE 2008



SEDE NACIONAL

BALANÇO ACTIVO
Exercicio: 2007 **Mês: FINAL**

CODIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCICIOS			
		2007			ANTERIOR
		AB	AA	AL	AL
	IMOBILIZADO:				
	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:				
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	35.824,20	35.824,20	0,00	5.435,42
	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:	35.824,20	35.824,20	0,00	5.435,42
421	Terrenos e recursos naturais	365.588,30		365.588,30	365.588,30
422	Edificios e outras construções	1.141.076,36	135.826,42	1.005.249,94	984.454,61
423	Equipamento básico	31.202,44	31.202,44	0,00	0,00
426	Equipamento administrativo	736.970,41	602.977,96	133.992,45	54.890,22
429	Outras imobilizações corpóreas	73.751,00	45.308,47	28.442,53	19.848,42
		2.348.588,51	815.315,29	1.533.273,22	1.424.781,55
	TOTAL ACTIVO IMOBILIZADO .	2.384.412,71	851.139,49	1.533.273,22	1.430.216,97
	Dividas de terceiros - Curto prazo:				
211	Membros c/c	1.932.593,62		1.932.593,62	1.594.770,48
229	Adiantamentos a fornecedores	17.226,14		17.226,14	17.419,50
262/6/7/8+221	Outros devedores	4.227.286,21		4.227.286,21	3.510.348,20
		6.177.105,97		6.177.105,97	5.122.538,18
	TITULOS NEGOCIAVEIS:				
1513+1523+153/9	Outros titulos negociaveis	295.997,10		295.997,10	250.107,97
		295.997,10		295.997,10	250.107,97
	DEPOSITOS BANCARIOS E CAIXA:				
12+13+14	Depositos bancarios.	3.455.120,00		3.455.120,00	2.637.020,10
11	Caixa.	1.995,20		1.995,20	1.995,20
		3.457.115,20		3.457.115,20	2.639.015,30
	ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS:				
271	Acrescimos de proveitos.	0,00		0,00	1.416,00
272	Custos diferidos	51.703,89		51.703,89	52.744,54
		51.703,89		51.703,89	54.160,54
	TOTAL DE AMORTIZAÇÕES.		851.139,49		
	TOTAL DE AJUSTAMENTOS				
	TOTAL DO ACTIVO	**12.366.334,87**	**851.139,49**	**11.515.195,38**	**9.496.038,96**



SEDE NACIONAL

BALANÇO PASSIVO
Exercicio: 2007 **Mês: FINAL**

CODIGO DAS CONTAS	CAPITAL PROPRIO E PASSIVO	EXERCICIOS	
		2007	ANTERIOR
	CAPITAL PROPRIO:		
51	Fundo Social	2.305.992,87	1.840.675,12
	Reservas:		
571	Reservas legais		
572	Reservas Estatutárias	983.889,28	982.696,96
574 a 579	Outras Reservas	944.879,59	944.879,59
59	Resultados transitados	2.119.425,28	2.114.655,96
	Subtotal	6.354.187,02	5.882.907,63
88	Resultado liquido do exercicio	2.774,00	5.961,64
	TOTAL DO CAPITAL PROPRIO	6.356.961,02	5.888.869,27
	PASSIVO:		
	DIVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO:		
231+12	Dividas a instituicoes de crédito	3.336.385,36	2.287.871,35
221	Fornecedores c/c	228.459,26	107.720,36
252	Secções Regionais	681.224,82	857.177,88
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	48.997,72	33.538,59
24	Estado e outros entes publicos	12.574,86	14.224,56
262+263+264+265+	Outros credores	798.787,73	230.974,03
		5.106.429,75	3.531.506,77
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:		
273	Acrescimos de custos	51.804,61	75.662,92
274	Proveitos diferidos		
	TOTAL DO PASSIVO	5.158.234,36	3.607.169,69
	TOTAL DO CAPITAL PROPRIO E PASSIVO	**11.515.195,38**	**9.496.038,96**

SEDE NACIONAL

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
Exercicio: 2007 **Mês: FINAL**

CODIGO DAS CONTAS		EXERCICIOS			
		2007		ANTERIOR	
	CUSTOS E PERDAS				
61	Custo das mercad. vendidas e das materias consumidas				
62	Fornecimentos e servicos externos		2.354.742,99		2.330.125,59
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remuneracoes	351.802,19		311.271,68	
643+644	Pensoes				
645/8	Outros.	69.766,50		64.488,99	
			421.568,69		375.760,67
66	Amortizacoes do imobiliario corporeo e incorporeo	97.002,82		87.712,68	
67	Provisoes		97.002,82		87.712,68
63	Impostos.	30.037,78		20.049,47	
65	Outros custos e perdas operacionais	1.801.853,36	1.831.891,14	1.736.727,02	1.756.776,49
	(A)		4.705.205,64		4.550.375,43
683+684	Amortizacoes e prov. de aplic. e invest. financeiros				
	Juros e custos similares	246.024,79	246.024,79	160.309,76	160.309,76
	(C)		4.951.230,43		4.710.685,19
69	Custos e perdas extraordinarios		75.267,42		34.616,84
	(E)		5.026.497,85		4.745.302,03
86	Imposto sobre o rendimento do exercicio				
	(G)		5.026.497,85		4.745.302,03
88	Resultado liquido do exercicio		2.774,00		5.961,64
			5.029.271,85		4.751.263,67
	PROVEITOS E GANHOS				
72	Proveitos Associativos	4.755.545,54	4.755.545,54	4.469.413,54	4.469.413,54
73	Proveitos suplementares	41.216,56		109.067,73	
74	Subsidios a exploracao	17.450,00		33.130,27	
76	Outros proveitos operacionais	59.070,92		18.795,95	
			117.737,48		160.993,95
	(B)		4.873.283,02		4.630.407,49
782	Ganhos em empresas do grupo e associadas				
784	Rendimentos de participacao de capital				
	Outros juros e proveitos similares	142.876,11	142.876,11	66.413,40	66.413,40
	(D)		5.016.159,13		4.696.820,89
79	Proveitos e ganhos extraordinarios		13.112,72		54.442,78
	(F)		5.029.271,85		4.751.263,67

	RESUMO		
	Resultados operacionais: (B)-(A)=	**168.077,38**	**80.032,06**
	Resultados financeiros: (D-B)-(C-A)=	**-103.148,68**	**-93.896,36**
	Resultados correntes: (D)-(C)=	**64.928,70**	**-13.864,30**
	Resultados antes de impostos: (F)-(E)=	**2.774,00**	**5.961,64**
	Resultado liquido do exercicio: (F)-(G)=	**2.774,00**	**5.961,64**

ANEXO AO BALANÇO

E

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DO EXERCÍCIO DE 2007

ORDEM DOS ENFERMEIROS
ASSEMBLEIA GERAL DE 15 DE MARÇO DE 2008

ORDEM DOS ENFERMEIROS – SEDE NACIONAL, tem por objecto a Criação e Regulamentação da Profissão, tem a sua sede na Avenida Almirante Gago Coutinho, n.º 75 – 1700-028 Lisboa, com o n.º de identificação de pessoa colectiva 504 190 407.

Em virtude da reduzida actividade e da existência de poucas situações que mereçam ser objecto de menção nos pontos obrigatórios definidos no Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, optámos por omitir os que não são aplicáveis.

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC). No entanto, convém realçar que o título de algumas contas foi adaptado à actividade da Ordem dos Enfermeiros.

01 - Princípios contabilísticos

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos, e na base da continuidade das operações da Ordem, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da prudência, consistência, substância sobre a forma, materialidade e especialização dos exercícios.

03 - Critérios valorimétricos e contabilísticos

a) Imobilizações incorpóreas e corpóreas

As imobilizações corpóreas estão mostradas pelos valores que resultaram da sua aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes.
As despesas de reparação e manutenção corrente do imobilizado sem grande relevo são consideradas como custos do ano em que ocorrem.

07 - Pessoal ao serviço da empresa

O número médio de pessoas ao serviço da Ordem dos Enfermeiros – Sede Nacional durante o exercício de 2007 foi de 24 empregados.

10 - Activo imobilizado

Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações e provisões, de acordo com os seguintes quadros discriminativos:

a) Activo bruto

(euros)

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de investigação e desenvolvimento	35.824,20					35.824,20
Total	35.824,20					35.824,20
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	365.588,30					365.588,30
Edifícios e outras construções	1.098.082,25		42.994,11			1.141.076,36
Equipamento básico	31.202,44					31.202,44
Equipamento administrativo	595.942,50		141.027,91			736.970,41
Taras e vasilhame						
Outras imobilizações corpóreas	57.713,95		16.037,05			73.751,00
Imobilizações em curso						
Adiantamentos por conta imobilizações corpóreas						
Total	2.148.529,44		200.059,07			2.348.588,51

b) Amortizações e Ajustamentos

(euros)

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Anulação/Reversão	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de investigação e de desenvolvimento	30.388,78	5.435,42		35.824,20
Total	30.388,78	5.435,42		35.824,20
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	113.627,64	22.198,78		135.826,42
Equipamento básico	31.202,44			31.202,44
Equipamento de transporte				
Ferramentas e utensílios				
Equipamento administrativo	541.052,28	61.925,68		602.977,96
Taras e vasilhame				
Outras imobilizações corpóreas	37.865,53	7.442,94		45.308,47
Total	644.864,91	91.567,40		815.315,29

14 - Imobilizações corpóreas e em curso

Todo o imobilizado está afecto à actividade da Ordem dos Enfermeiros e encontra-se inscrito no balanço.

40 - Movimentos dos capitais próprios

(euros)

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
51 - Fundo Social	1.840.675,12	466.415,11	1.097,36	2.305.992,87
57 - Reservas				
572 - Reservas Estatutárias	982.696,96	1.192,32		983.889,28
574 - Reservas Livres	944.879,59			944.879,59
59 - Resultados transitados	2.114.655,96	5.961,64	1.192,32	2.119.425,28
88 - Resultado líquido do exercício	5.961,64	2.774,00	5.961,64	2.774,00
Total	5.888.869,27	476.343,07	8.251,32	6.356.961,02

44 – Repartição das vendas e prestações de serviços

(euros)

ACTIVIDADE: Proveitos Associativos	Valor
Quotas	4.716.364,40
Emolumentos	39.181,14
Total	**4.755.545,54**

45 - Demonstração dos resultados financeiros

(euros)

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2007	2006		2007	2006
681-Juros suportados	152 050.25	60 605.96	781-Juros obtidos	130 379.60	54 013.75
			784 - Rendimento. Part. Capital	12 496.51	12 399.65
688-Outros custos e perdas financeiros	93 974.54	99 703.80	788-Outros proveitos e ganhos financeiros		
Resultados financeiros	**-103 148.68**	**-93 896.36**			
Total	142 876.11	66 413.40	Total	142 876.11	66 413.40

46 - Demonstração dos resultados extraordinários

(euros)

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2007	2006		2007	2006
691-Donativos	1.854,96	2.034,50			
695 - Mutas e penalidades					
697-Correcções relativas a exercícios anteriores	71.496,65	32.163,34	797-Correcções relativas a exercícios anteriores	3.572,35	
698-Outros custos e perdas extraordinários	1.915,81	419,00	798-Outros proveitos e ganhos extraordinários	9.540,37	54.442,78
Resultados extraordinários	**-62.154,70**	**19.825,94**			
Total	13.112,72	54.442,78	Total	13.112,72	54.442,78

48 - Outras informações

a) *Acréscimos e diferimentos*

Decomposição dos saldos evidenciados no balanço em 31 de Dezembro de 2007:

(euros)

Custos diferidos	
Seguros	20.546,50
Contratos de Manutenção	206,92
Conservação e Reparação de Imóveis	30.281,93
Outros Custos Diferidos	668,54
Total	51.703,89

Acréscimos de custos	
Remunerações a liquidar	45.933,36
Fornecedores	5.871,25
Total	51.804,61

O Técnico Oficial de Contas

António Campos Pires Caiado
TOC Nº 93

Conselho Directivo

Conselho Fiscal

Parecer sobre o Relatório de Actividades e Contas do ano 2007

Aos membros da Ordem dos Enfermeiros

Nos termos estatuídos o Conselho Fiscal apresenta o seu parecer sobre o Relatório de Actividades e Contas relativos ao ano 2007, elaborado pelo Conselho Directivo.

Pese embora o facto de não ter sido este Conselho Fiscal a acompanhar o exercício do ano 2007 por força da substituição dos seus membros, decorrente do acto eleitoral de Dezembro de 2007, tomámos conhecimento dos actos de gestão do Conselho Directivo e verificámos os registos contabilísticos e os correspondentes documentos de suporte, em base de amostragem.

Para além destas diligências, em ordem a uma mais fundamentada elaboração do seu parecer, o Conselho Fiscal solicitou ao Conselho Directivo todas as informações que considerou necessárias, tendo obtido todas as informações e esclarecimentos solicitados, e que nesta oportunidade agradecemos.

Verificámos o Balanço a 31 de Dezembro de 2007, a Demonstração de Resultados e os respectivos Anexos, assim como que os critérios adoptados na preparação das contas estão de acordo com as normas legais em vigor e que reflectem de forma verdadeira e apropriada a situação financeira da Ordem, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

Ainda apreciámos, o Relatório de Auditoria às Demonstrações Financeiras, " …no qual não foram detectadas situações de montantes especialmente relevantes ", com cujo teor concordámos.

Da análise do Relatório e Contas de 2007, adicionada dos elementos e informações complementares obtidos, **o Conselho Fiscal é de parecer que merecem a aprovação dos membros, quer o Relatório de Actividades quer as Contas em 31 de Dezembro de 2007, da Ordem dos Enfermeiros, apresentados à Assembleia Geral pelo Conselho Directivo.**

Lisboa, 25 de Fevereiro de 2008

O Conselho Fiscal

Mª Conceição, Remesso Oliveira.

Isabel Paula Oliveira Lisboa

Fernando Martins Cardoso.

Antonio Fernando Gonçalves